

Senhor Presidente José Borrel,  
Senhoras e Senhores Conferencistas,  
Excelentíssimas Convidadas e Convidados,  
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Sinto-me muito honrado em participar neste importante fórum e trazer até Vós algumas reflexões, decorrentes da minha vivência política, a propósito de interrogações que me interpelam e que, certamente, vos interpelam também, quanto aos *novos tempos* que se aproximam. Aproveito o momento para agradecer sinceramente ao Senhor Presidente José BORREL, pelo seu honroso convite e pelo qual lhe sou extremamente grato.

É certo que vivemos tempos incertos. Mas, de todo modo, não deixa de ser útil fazer exercícios para a sua perscrutação.

Ao abordar o advento de *tempos novos (Novo Mundo)*, ou seja, ao perscrutar o próximo porvir da humanidade - o que é necessário, pois, o mundo muda e se transforma em permanência - parece-me indispensável procurar apreender, pelo menos, os contornos mínimos dessa realidade provável.

Tais *contornos prováveis* serão certamente resultados da evolução da actualidade mundial vigente e da interacção dos principais factores que a engendraram e a marcam neste momento. Mas, esses elementos seriam mais facilmente compreensíveis se adoptássemos algumas balizas e referências: por exemplo, o mundo do século XX e o mundo que se projecta (se esboça) para o século XXI.

Em tais análises, estou em crer que as visões de uns de outros são diferentes e, por vezes, até antagónicas, o que considero natural. Do meu lado, estou convencido de que, ao me convidarem a me pronunciar neste acto, estará subjacente a intenção de se ter uma opinião diferente, vinda de um outro espaço político, em lugar de mera reprodução de opiniões politicamente correctas. Assim, procurarei ser sincero e objectivo, na medida do possível. Pois, é com a verdade que podemos fazer avançar o mundo no bom caminho e encontrar soluções sustentáveis para os desafios que nos interpelam.

Reportando ao passado, coloco a primeira metade do século XX, enquanto primeira demarcação: o mundo encontrava-se nesse período maioritariamente dominado pelos países chamados ocidentais, quer do ponto de vista político-militar, quer dos pontos de vista económico-financeiro e científico-tecnológico. Os poderes económico, financeiro, militar, político e científico-tecnológico concentravam-se

essencialmente no Ocidente, de onde se distribuíam e se expandiam. Em decorrência, este conquistou e colonizou vastos territórios e povos estrangeiros, impondo-lhes as suas leis e normas, com o propósito da materialização de interesses e ambições próprios e procurando ainda expandir e difundir a sua cultura e religião. Encontrava-se, então, no auge do colonialismo.

A segunda metade do século XX ficou marcada por uma tendência oposta, isto é, pela emergência dos movimentos de libertação dos povos então oprimidos, que se batiam pela materialização dos *direitos fundamentais dos povos*, consubstanciados no exercício do *direito à autodeterminação*, ao abrigo da universalidade das Nações Unidas, então, recentemente fundada, altura em que se pôs em causa a dominação colonial e a ordem geopolítica decorrente.

Do desfecho da II Guerra Mundial emergiram duas grandes tendências transformadoras da realidade: a opção maioritária pelo estabelecimento de uma governança mundial que fosse o garante da paz mundial e de uma gestão económico-financeira internacional adequada e estimuladora do crescimento e a deliberação concomitante de impulsionar e garantir a libertação dos povos dominados, associada à erradicação das diversas formas existentes de discriminação e de segregação racial, singular e colectiva. Essas opções futuristas e humanistas ficaram condensadas na Carta das Nações e na Declaração dos Direitos Fundamentais do Homem. Da sua implementação resultou uma nova configuração do mapa político mundial, que com um ou outro ajustamento tem permanecido até aos dias de hoje.

Nesse período histórico, foram cerca de cinquenta anos altamente produtivos, inventivos e fecundos<sup>1</sup> e, simultaneamente, muito turbulentos, em que certos acontecimentos maiores vieram concorrer para a aceleração de mudanças e transformações políticas e económico-financeiras de abrangência universal: são os enormes avanços nos campos das ciências e das tecnologias, a implosão do bloco socialista e a grande influência e imposição da política neoliberal que impulsionou a mundialização contemporânea da economia e das finanças e cujos efeitos constituem, de momento, uma das grandes preocupações da política mundial.

Mas, afinal, o que nos resta ou o que se prolonga para o século XXI?

---

<sup>1</sup> Mário Sérgio Cortella, *“Não nascemos prontos! Provoações Filosóficas”*, 2ª edição, Editora Vozes, 2011, Brasil, página 15: *“Nos últimos cinquenta anos tivemos mais desenvolvimento inventivo do que em toda história da humanidade...”*

Resultado de imensos conhecimentos revelados e apropriados e de vastas informações acumuladas, descobrimos uma *sociedade mundial* marcada por uma enorme complexidade, pela disparidade social, pela diversidade cultural, pela sobreposição de tempos históricos diferentes, pela coabitação de percepções diferentes dos acontecimentos políticos e culturais internacionais e por choques de interpretações dos problemas mundiais que têm vindo a atravessar a trajectória da humanidade.

Das disparidades sociais registadas emergem dois pólos: o pólo de riqueza e da abundância e o pólo de pobreza e da carestia. Neste quadro, a opulência agressiva tem ombreado com a carência abjecta; o saber sofisticado tem convivido com a ignorância desumanizadora e principal freio ao progresso social. Neste caso e por experiência própria, posso dizer-vos que a pobreza e a ignorância são um dos maiores obstáculos à promoção da dignidade humana, da democracia e do progresso social, o que faz da sua erradicação uma prioridade mundial.

Assim, o grande desafio universal, que interpela os grandes actores políticos e sociais mundiais, consiste em: como vencer essas disparidades, materiais, sociais e tecnológicas, evitando o seu aprofundamento, e abrir novas perspectivas de vida e de progresso social aos 3,5 biliões de pobres que habitam o planeta? Pensa-se que a humanidade, no seu conjunto, dispõe de recursos, materiais, científicos e tecnológicos suficientes para permitir a ousadia de alimentar esse ambicioso sonho e possibilitar a sua materialização. Também, se reconhece que para tal seria indispensável uma extraordinária vontade política, acompanhada por um sentimento elevado de solidariedade humana e por um forte espírito de pertença única e de destino comum de toda a humanidade.<sup>2</sup>

Outrossim, urge encontrar soluções sustentáveis para os conflitos de mais diversa natureza que povoam o planeta e têm vindo a desestruturar vastas componentes da sociedade mundial, que desejamos pacificada e pacífica. A busca de soluções para uma paz duradoura pressupõe uma abordagem lúcida e realista que tenha em devida conta a diversidade e a complexidade da sociedade mundial, bem como, a diversidade sociocultural dos seus actores políticos e agentes sociais activos. Com efeito, “a realidade só se revela (plenamente) a partir do momento em que aceitamos as diferenças e as distinções nela inscritas”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> *Diário Económico digital*, Portugal, 20-04-2012: “Doze multimilionários americanos juntaram-se hoje a uma iniciativa lançada há dois anos por Bill Gates e Warren Buffet para doar pelo menos metade das fortunas a uma boa causa.”

<sup>3</sup> Miguel Morgado, *A Autoridade*, Edição Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2010, página 51.

A simplificação de realidades complexas e diferenciadas em que ocorrem diversos diferendos e conflitos actuais assim como tratar as diversas crises sociopolíticas e como se ocorressem num espaço sociocultural homogéneo é meio caminho para o fracasso. Nesse aspecto, estou em crer que o caso Afegão merece atenção e reflexão de analistas e estudiosos da área, podendo até constituir-se em caso paradigmático.

Para vencer esse dilema de confrontação com base em diferenças e diversidades de ordem sociocultural, somos chamados ao diálogo sincero e inteligente. Pois, para podermos *viver e agir juntos*, torna-se indispensável aprofundar e intensificar o diálogo intercultural e o conhecimento e reconhecimento mútuos.

Muito se tem falado do diálogo entre culturas. É precisamente disso que se trata. Mas, só há necessidade de dialogar quando há diferenças e conflitos reconhecidos a superar. E não vale a pena iludi-los. Ainda, para que o diálogo seja profícuo requer-se que aceitemos que não há verdades absolutas e que, nesse exercício inter-relacional, nenhuma das partes deve arrogar-se de que a possui. Em resumo, não é sensato nem leal exigir do interlocutor aquilo que não se esteja preparado em lhe garantir, enquanto contrapartida indispensável. Em tais circunstâncias, o sentido de equidade e o bom senso aconselham que se prevaleçam as regras da boa fé e da reciprocidade.

O diálogo deve significar a busca e a corporalização do almejado convívio pacífico, harmonioso e frutuoso entre as comunidades humanas. Porém, a história revela-nos precisamente o contrário: o uso da violência tem sido acto e instrumento corrente no comportamento humano e dos Estados e, por vezes, em intensidade cruel e desproporcionada. Nos tempos correntes, o humano (dito civilizado) tem patenteado, no seu quotidiano, duas faces inconciliáveis: de um lado, revelam-se uma civilização esmerada e um alto grau de conhecimento e, de outro, revelam-se a violência e a barbárie. Em consequência, urge pensar e encontrar formas de cooperação consentâneas, entre Estados, culturas e religiões, a fim de se ultrapassar este impasse que entendo como de natureza civilizacional. E disto, resta-me uma pergunta interpeladora: para quando vão a ciência política e os estrategas lançar para o caixote de lixo da história a máxima de Clausewitz: *“a guerra é um verdadeiro instrumento político, a continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”*?<sup>4</sup>

Do percurso histórico referenciado, verificaram-se enormes progressos científicos, tecnológicos e sociais e geraram-se profundas mudanças, finalmente, registou-se uma ampla transformação geopolítica. Com efeito, gerou-se um mundo multipolar e os poderes militar, económico, financeiro, científico e tecnológico redistribuíram-se por vários continentes, em que a centralidade ocidental está sendo substituída pela

---

<sup>4</sup> Em *“La Guerre”*, Bruno Tertrais, PUF, 2010, página 19.

multi-polaridade. Esta nova condição geopolítica reclama uma governança mundial diferente, na medida em que o modelo anterior se esgotou. Em consequência, deve-se reconhecer que as antigas relações de força e de poder sobre as quais foi concebida e instituída a governança mundial anterior (1945) estão hoje totalmente ultrapassadas.

Entendo que é atendendo à profunda alteração geopolítica e de correlação de forças, em curso, que os principais actores políticos mundiais devem *decidir e agir no sentido dos novos tempos* e, concomitantemente, contribuir para uma redistribuição (partilha) mais equilibrada de poderes e de responsabilidades na gestão dos assuntos globais mais pertinentes e, desta forma, começaria a ganhar forma a indispensável e reclamada reforma e democratização da governança mundial e da liderança e gestão das suas principais instituições (Conselho de Segurança da ONU, Banco Mundial, FMI, OMC, OIT...).

Estou em crer que para além da macro-questão da governança mundial, outros questionamentos importantes emergem, com maior ou menor acuidade. Em consequência, está o debate reaberto sobre a natureza, o papel e o lugar do Estado e das políticas públicas na resolução dos problemas globais que afligem a humanidade. O ex-Presidente Bill Clinton debruçou-se sobre este tema, no seu último livro (*"Remettons-nous au travail. Un Etat inventif pour une économie forte"*) e defendeu, para os USA, um Estado estratega, forte e eficaz<sup>5</sup>, com o qual me identifico.

Colocaria uma outra questão derivada daquela: quais são os requisitos prévios que podem facilitar a *gestação* e conservação de um ambiente político e social de confiança e que estimula a cooperação e a complementaridade indispensáveis à mobilização e convergência dos esforços necessários para superar os actuais desafios? Certamente, terá que ser um clima de paz, de estabilidade, de relacionamento mutuamente benéfico e de confiança entre Governos e Povos. De novo vejo o papel insubstituível do factor diálogo.

Estou em crer que é irrefutável a opinião de que os problemas globais (*crise energética, crise ambiental, crise alimentar, crise económico-financeira, migrações, conflitos pertinazes, messianismos, terrorismo transnacional e insegurança*) são complexos e exigentes. As soluções requerem a cooperação e convergência de

---

<sup>5</sup> *"Remettons-nous au travail. Un Etat inventif pour une économie forte"*, Bill Clinton, Editions Odile Jacob. « La seule manière de faire perdurer le rêve américain entre nous et de demeurer le principal acteur du monde dans la recherche de la liberté et de la prospérité, de la paix et de la sécurité, c'est d'avoir à la fois un secteur privé, fort et efficace, et un Etat, fort et efficace, qui travaillent ensemble pour promouvoir une économie faite de bons emplois, de revenus en hausse, de plus d'exportations et d'une plus grande indépendance énergétique. » Em LEMONDE.FR |14.02.12.



esforços políticos e a conjugação de meios materiais, económicos, financeiros e tecnológicos, quer venham das potências clássicas, quer venham das potências emergentes. Isto significa que há necessidade de prevalecer nas relações internacionais atitudes e políticas coerentes no sentido cooperativo e de co-responsabilização entre as principais potências, na construção de soluções para os problemas globais actuais e no desenvolvimento de actividades portadoras de melhor futuro e geradoras de mais bem-estar para toda humanidade. Realçaria, entre essas *actividades portadoras de progresso*, a expansão do conhecimento técnico-científico e o desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada e dos seus corolários: a inovação e a criatividade. Em decorrência, coloca-se a *questão-chave* da necessidade de políticas públicas de transferência e de intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos em favor das sociedades menos desenvolvidas.

O actual contexto mundial de multi-polaridade e, igualmente, de interdependência entre Economias e Estados e de elevados riscos e complexidade, apela por uma política internacional baseada no multilateralismo, no interesse comum e na responsabilidade compartilhada. Tenha-se em conta, contudo, que não estou a propor a partilha do mundo entre os grandes. Pelo contrário, estou a pensar em maior democratização da ONU e no reforço do seu papel em favor da paz, da cooperação e da protecção dos interesses dos países pequenos e médios, que são afinal os defensores mais coerentes da Paz, da Justiça, da Equidade e do Direito nas relações internacionais. Outrossim, a ONU precisa de mais representatividade e autoridade do que de mais poder.

Perante os desmandos e as crises graves engendradas por más decisões e com efeitos perniciosos para todos, estimo que o caminho para a sua prevenção e solução poderá estar na devolução à Política do seu *lugar de comando* na direcção e regulamentação dos assuntos fundamentais dos Estados, da Economia Mundial e das Instituições Internacionais.

Surge, igualmente, uma outra dimensão nas relações internacionais, portadora de recursos democratizadores. Com efeito, vivemos uma época em que se verifica uma alta intensidade de intercâmbio e de comunicação entre sociedades e entre pessoas, individualmente, o que poderá estar em vias de gerar aquilo a que se podia considerar uma *opinião pública mundial*, com certa influência nas políticas dos Estados e na democratização das relações internacionais e, igualmente, na busca de soluções para alguns dos problemas globais mais sensíveis, como por exemplo, a crise ambiental e a insegurança alimentar.

*Decidir e agir no sentido dos novos tempos*

Recorro, para finalizar, à célebre máxima de Séneca<sup>6</sup> de que *“quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável.”* Na verdade, vale a pena *inventar novos rumos e novos destinos* para a valorização e multiplicação das enormes potencialidades que, generosamente, o Mundo e a Humanidade nos prometem.

Muito obrigado!

Florença, Itália, 9 de Maio de 2012.

---

<sup>6</sup> Lucius Annaeus Séneca, Roma, 4 AC – 65.